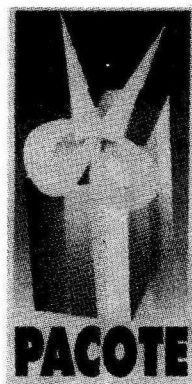


GDF tenta manobra e fracassa

Governo procura, sem sucesso, brecha na LDO para tornar pacote legal, constrange bancada e Câmara adia votação

Renato Alves



A nova tentativa do GDF de encontrar uma brecha legal para aprovar o projeto de aumento do IPTU fracassou ontem à tarde. Depois de colocar na ordem do dia uma emenda alterando a Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), a bancada governista retirou de última hora o projeto de pauta, alegando precisar de mais tempo para buscar o entendimento em torno da matéria. Na verdade, a oposição agiu mais rápido ao apresentar argumentos legais, derrubando a tese de que a modificação na LDO contornaria o vício de inconstitucionalidade do projeto.

“Foi mais um vexame da área jurídica do GDF. Acho que os consultores não sabem interpretar ou não conhecem a Lei Orgânica”, atacou o relator do projeto, deputado Renato Rainha (PL). O novo adiamento da votação, comunicado pelo vice-líder do Governo, Cláudio Monteiro (PPS), provocou um visível constrangimento na bancada situacionista. Os sucessivos erros jurídicos do Executivo passaram a ser motivo de piada dos adversários. “Se eles não têm competência para traduzir fielmente as normas legais, deveriam nos contratar”, rebateu o pefelista Adão Xavier.

Prazo — A retirada do projeto, num prazo de 24 horas, aumentou o desgaste entre o GDF e sua bancada e atrapalhou a manobra que os go-

vernistas pretendiam fazer para garantir os dois votos que precisam para votar o IPTU e os demais itens do Pacote Econômico. Antes de conhecer o teor do relatório de Renato Rainha, apontando os equívocos da emenda, deputados ligados ao Executivo já tinham praticamente assegurado um dos votos dos indecisos. “Este novo erro melou as negociações”, reconheceu um parlamentar do bloco.

Derrota — A estratégia que o GDF pretendia adotar era partir para o convencimento em plenário, articulando com cada um dos aliados rebeldes. Atropelados por mais uma trapalhada jurídica, os articuladores do GDF tiveram que recuar novamente e pedir mais um tempo. “Se colocássemos em pauta, perderíamos pelo placar de 13 a 11”, reconheceu Rodrigo Rollemberg. Sem esconder a inquietação por ter sido escolhido para justificar o novo recuo governista, Cláudio Monteiro tentou argumentar sem sucesso que o adiamento era a alternativa para fechar o entendimento.

Para Peniel Pacheco (sem partido), um dos votos que o Executivo pretende conquistar, o GDF cometeu mais um equívoco ao tentar buscar um consenso com uma emenda polêmica que dá margem a dupla interpretação. César Lacerda, outro deputado indeciso não foi convencido pelos governistas. “Deveriam apresentar outros argumentos”. Sem o voto dos dois, e com sucessivas trapalhadas jurídicas, “o GDF precisará não só de tempo, mas também de novos consultores”, rebateu o líder do PMDB, Luiz Estevão.



Cafu (E), Magela, Maninha, Lúcia e Monteiro buscam saída para o novo constrangimento provocado pela área jurídica do GDF